

LAMEGO

Cidade Monumental



Plano de Desenvolvimento Social (2018 – 2021)



REDE SOCIAL DE LAMEGO

Autoria e Responsabilidade pelo Documento.

Pelouro de Ação Social da Câmara Municipal de Lamego – Andreia Liliana Fonseca (Técnica Superior de Sociologia/Serviço Social), Técnica responsável pela Rede Social e Núcleo Executivo da Rede Social., designadamente:

- Instituto da Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Viseu;
- Santa Casa da Misericórdia de Lamego;
- Centro Hospitalar de Trás os Montes e Alto Douro – Hospital de Proximidade de Lamego;
- Junta de Freguesia da Penajóia;
- Associação de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência do Agrupamento de Concelhos do Vale Douro - Sul – Associação Portas Prà Vida;
- Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Lamego.

Aprovado em Conselho Local de Ação Social
em 18 de junho de 2018

Índice

Introdução	4
Caraterização do processo de planeamento	6
Metodologia	7
Problemas e problemáticas diagnosticadas.....	7
Análise SWOT das problemáticas	9
Plano de Desenvolvimento Social.....	45
Enquadramento do plano de desenvolvimento social com outros instrumentos de planeamento	67
Monitorização e avaliação.....	68
Entidades que constituem o Conselho Local de Ação Social.....	71

Introdução

Após a elaboração do Diagnóstico Social onde se abordaram vários indicadores sociais relativos ao Concelho de Lamego, surge o Plano de Desenvolvimento Social que tem como objetivo definir as estratégias de intervenção e os objetivos a alcançar, tendo em conta todos os dados que nos foram fornecidos pelos documentos anteriores.

Este documento decorre de um trabalho participado, no qual os diversos atores sociais participaram através dos seus conhecimentos e perspetivas, e neste sentido o Plano de Desenvolvimento Social aparece como um instrumento onde se irão traçar as atividades a que o município se propõe por forma a colmatar os problemas sociais identificados.

Com a leitura deste documento, designado de Plano de Desenvolvimento Social, conhecessem-se as propostas ao nível social que a Câmara Municipal de Lamego se propõe, através, obviamente, das parcerias necessárias para se desenvolverem, que serão implementadas através dos Planos de Ação, sendo que o primeiro Plano de Ação se reportará ao ano de 2018.

O presente documento é consonante com os objetivos e estratégias que figuram no documento que o precede, embora o mesmo apresente um formato mais completo, ou seja, tanto os objetivos a alcançar como as estratégias a utilizar terão, não só em consideração os estudos e conclusões do Diagnóstico Social, como também as orientações nacionais e europeias. Decorrente da preliminar identificação das problemáticas e da sua definição em quatro eixos estratégicos, é possível delinear, numa perspetiva concertada, a móbiles (causas, motivos) que fundamentam a intervenção e o respetivo *modus operandi*. Esta estratégia constituir-se-á em grandes objetivos, os eixos estratégicos, que, por sua vez, se desmembram em objetivos gerais e específicos. A intervenção propriamente dita será consolidada através de finalidades, estratégias e indicadores específicos para cada eixo. Fundamentais – e paralelos – a toda a intervenção são os recursos, já alinhados no Diagnóstico Social, em articulação com as respetivas problemáticas e prioridades.

O programa Rede Social tem como intento primordial o combate à pobreza e exclusão social, numa perspetiva de incentivo às redes de apoio integrado, de âmbito local. Por outras palavras, trata-se de elevar as problemáticas específicas de cada concelho, apelando à descentralização de recursos e meios de ação, onde as entidades concelhias, públicas e privadas, assumem especial importância.

Ora, o Plano de Desenvolvimento Social que se apresenta não é mais do que um planeamento integrado e sistémico, de âmbito interinstitucional, que pressupõe dar respostas e/ou linhas orientadoras para a colmatação das necessidades prementes do concelho. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos das debilidades sociais, mas também a produção de mecanismos preventivos desses desequilíbrios, nomeadamente através de um processo de animação das comunidades locais e da indução do processo de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações, nas suas necessidades individuais e coletivas. É, portanto, um instrumento pró-ativo que delinea o cenário social desejável, procurando concretizá-lo, tendo por base um fórum de desenvolvimento social.

As medidas definidas neste documento pretendem-se adequadas às necessidades sinalizadas no Concelho de Lamego, contudo, o Plano de Desenvolvimento Social surge, inevitavelmente, associado a outros Planos de Ação, sejam eles nacionais, regionais e locais ou mesmo normas europeias. Estes documentos revelam-se o suporte do PDS visto que, em última análise, defendem uma sociedade mais justa onde se pretende elevar a igualdade de oportunidades e erradicar a exclusão social.

Caraterização do processo de planeamento

O Diagnóstico Social Concelhio encontra-se suportado em três dimensões. A primeira, das quais suportada por dados e indicadores estatísticos recolhidos em fontes e documentos oficiais; a segunda, sustentada na informação recolhida e disponibilizadas pelas entidades que integram o Conselho Local de Ação Social de Lamego e, a terceira, pelas problemáticas sociais de intervenção prioritária identificadas pela Rede Social de Lamego.

No Plano de Desenvolvimento Social (PDS) encontra-se espelhado o planeamento para os próximos três anos, a partir dos eixos de desenvolvimento estratégico definidos pelos agentes sociais do concelho. Estes eixos procuram responder às problemáticas elencadas no Diagnóstico Social e projetam, estrategicamente, a intervenção da Rede Social para o período de vigência do PDS. Têm como finalidade criar condições para que Lamego resolva as diferentes problemáticas dos cidadãos, promovendo a equidade de oportunidades e a inclusão social nas mais diversas áreas.

O PDS materializa-se em três Planos de Ação que serão elaborados anualmente. Os Planos de Ação são um instrumento dinâmico que, a qualquer momento, podem ser enriquecidos com novas ações.

A monitorização e avaliação do PDS será efetuada anualmente, através de relatórios anuais, apresentados e validados pelo Conselho Local de Ação Social (CLASL).

Metodologia

Para a elaboração do PDS 2018-2021 em estreito cumprimento dos princípios do programa da Rede Social, participaram, na sua elaboração, os vários órgãos da Rede Social, com especial ênfase para os grupos de trabalho. Os grupos de trabalho temáticos foram constituídos tendo por base as áreas identificadas como prioritárias no Diagnóstico Social Os Grupos de Trabalho, que elaboraram o documento em sede de reuniões de Núcleo Executivo, constituíram-se como plataformas que integraram os parceiros mais vocacionados para a intervenção na área específica em causa.

Tendo por base os resultados destas reuniões foram delineados objetivos estratégicos, específicos e ações para a proposta do Plano de Desenvolvimento Social.

Problemas e problemáticas diagnosticadas

Neste capítulo será descrito todo o trabalho desenvolvido em reuniões de CLAS (Conselho Local de Ação Social) para a definição e priorização dos problemas encontrados no Pré-diagnóstico Social.

Estas reuniões do Conselho Local de Ação Social tiveram como conteúdo técnicas de planeamento participativas, fundamentais para a elaboração do Diagnóstico Social. Todos os parceiros tiveram acesso ao Pré-diagnóstico Social do Concelho de Lamego, sendo este documento a base de reflexão para o desenrolar das mesmas, tendo também por base todo o conhecimento que cada participante tem da realidade concelhia que advém do trabalho de terreno que os mesmos desenvolvem.

Nuvem de Problemas

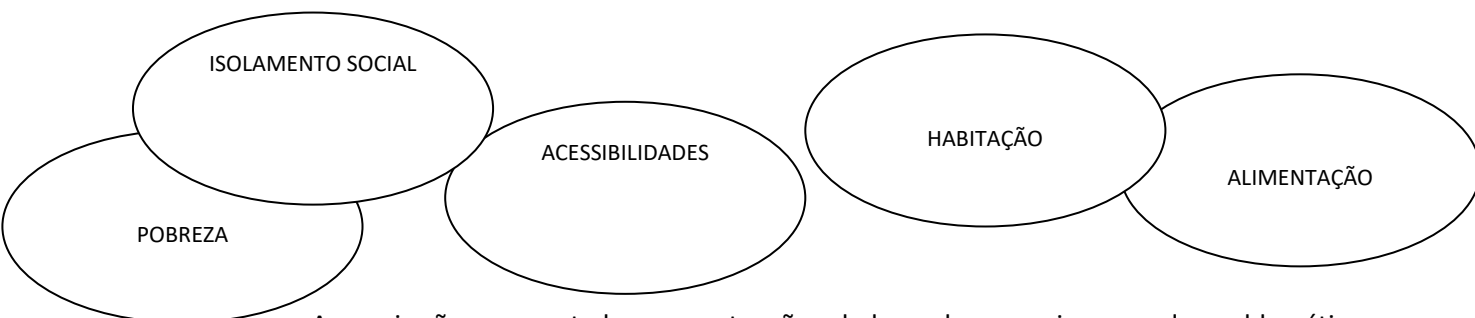
O processo de diagnóstico social teve início com a realização de uma reunião de trabalho do CLASL (Conselho Local de Ação Social de Lamego), que se realizou no Salão Nobre dos Paços do Concelho no dia 19 de novembro de 2015, na qual estiveram presentes os representantes das seguintes entidades: Câmara Municipal de Lamego, Polícia de Segurança Pública de Lamego, Liga dos Combatentes – Núcleo de Lamego, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Lamego,

Associação Portas P'RA Vida, Junta de Freguesia de Ferreirim, Unidade de Cuidados na Comunidade de Lamego, Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei, Centro Diocesano de Promoção Social, o Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego (APITIL), Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. - Centro de Emprego de Lamego, Santa Casa da Misericórdia de Lamego, Centro Social e Paroquial de Cambres, Junta de Freguesia de Várzea de Abrunhais, Centro Social e Paroquial de Penude, Centro Atendimento Sócio Caritativo, União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, Junta de Freguesia de Penajóia, Obra Kolping de Portugal, Junta de Freguesia de Lamego, União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, Centro Social e Paroquial de Penajóia, Guarda Nacional Republicana-Comando Territorial de Viseu- Destacamento Territorial de Lamego, Junta de Freguesia de Figueira, Instituto da Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Viseu, Associação Amigos Povo Timor Lorosae, Estabelecimento Prisional Regional de Lamego, Centro de Repostas Integradas de Vila Real, Cáritas Diocesana de Lamego, Associação Infantário e Jardim Infantil “ O Pintinhas”, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) em Perigo de Lamego.

Após a identificação de três problemas por cada entidade parceira, estes problemas foram agrupados por problemáticas. Na mesma sessão de trabalho mas numa fase imediatamente a seguir, recorreu-se à estratégia Metaplan com o objetivo de se definirem prioridades, para tal foram distribuídas 3 bolinhas autocolantes por cada parceiro presente, para que fossem utilizadas de forma a pontuar os problemas identificados por eles, através desta técnica foram, portanto, priorizadas as respetivas problemáticas.

Assim, desta reunião foram identificadas as seguintes problemáticas:





A seguir são apresentadas as pontuações dadas pelos parceiros a cada problemática identificada:

Problemática 1: Desemprego – 19 bolas coloridas (Estratégia Metaplan);

Problemática 2: Envelhecimento – 14 bolas coloridas (Estratégia Metaplan);

Problemática 3: Valores Culturais – 12 bolas coloridas (Estratégia Metaplan);

Problemática 4: Saúde – 8 bolas coloridas (Estratégia Metaplan);

Problemática 5: Comportamentos Aditivos – 7 bolas coloridas (Estratégia Metaplan);

Problemática 6: Educação – 7 bolas coloridas (Estratégia Metaplan);

Problemática 7: Acesso a equipamentos/serviços – 6 bolas coloridas (Estratégia Metaplan);

Problemática 8: Deficiência – 5 bolas coloridas (Estratégia Metaplan);

Problemática 9: Juventude – 3 bolas coloridas (Estratégia Metaplan);

Problemática 10: Acessibilidades – 2 bolas coloridas (Estratégia Metaplan);

Problemática 11: Pobreza – 1 bolas coloridas (Estratégia Metaplan);

Problemática 12: Isolamento Social - 0 bolas coloridas (Estratégia Metaplan);

Problemática 13: Alimentação - 0 bolas coloridas (Estratégia Metaplan);

Problemática 14: Habitação - 0 bolas coloridas (Estratégia Metaplan).

Análise SWOT das problemáticas

Tendo em vista a identificação concreta dos problemas inerentes a cada umas das problemáticas definidas, realizaram-se diversas sessões onde se trabalhou na matriz S.W.O.T. (Strenghts,

Weaknesses, Opportunities and Threats), que em português se traduz por Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

As Forças e Fraquezas dizem respeito aos pontos fortes e fracos e referem-se à realidade interna do Concelho. As Oportunidades e Ameaças são normalmente tendências e geralmente exteriores à realidade concelhia.

A análise SWOT é uma técnica que tem sido muito utilizada em planeamento para conhecimento do “ambiente” no qual se vai planear e intervir (uma empresa, uma instituição, um concelho, etc.).

Esta metodologia consiste na enunciação das Forças, Fraquezas Oportunidades e Ameaças existentes no Concelho relativamente às problemáticas enunciadas anteriormente pelos parceiros e outros actores privilegiados, contribuindo assim para a organização do Diagnóstico Social.

Concretamente em relação à análise do Concelho as Forças e as Fraquezas correspondem aos pontos positivos e negativos e referem-se à situação presente e à realidade do Concelho, as Oportunidades e as Ameaças são normalmente tendências e são geralmente exteriores à realidade concelhia mas que de uma forma ou de outra podem beneficiar ou prejudicar directa ou indirectamente a situação concelhia na sua totalidade.

Quadro nº1 – Matriz SWOT



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Social, Plano de Desenvolvimento Social.

Forças – Correspondem aos recursos e capacidades do Concelho que podem ser combinados para gerar vantagens competitivas em relação a outros concelhos vizinhos.

Fraquezas – Os pontos mais vulneráveis do Concelho em comparação com os mesmos pontos de concelhos vizinhos.

Oportunidades – Correspondem às oportunidades para crescimento e fortalecimento do Concelho.

Ameaças – Correspondem às mudanças no ambiente que apresentam ameaças ao subdesenvolvimento do Concelho.

O cruzamento entre os quatro quadrantes de análise prevê uma moldura onde o Concelho pode desenvolver melhor as suas vantagens competitivas articulando as Oportunidades e Forças, por exemplo. No caso do cruzamento entre Oportunidades e Fraquezas, pode-se estabelecer as bases para modificações no ambiente interno, de modo a poder aproveitar melhor as Oportunidades. O cruzamento entre Ameaças e Forças, pode representar a possibilidade de se investir na modificação do Ambiente, de modo a torná-lo favorável ao concelho (o que não se revela fácil). Se no cruzamento entre Ameaças e Fraquezas estiverem situações de alta relevância para o Concelho, trata-se, provavelmente, do momento certo para modificações profundas no concelho. A aplicação deste método foi feita de modo a permitir a correspondência entre as Forças e Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

Análise SWOT (DES)EMPREGO	
FATORES ENDÓGENOS (Análise Interna)	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Bons acessos rodoviários (ex: A24); - Disponibilidade de uma Zona Industrial para a instalação de empresas; - Recursos naturais excelentes para as energias renováveis; - Crescimento da taxa de atividade; - Existência de Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) que visam assegurar educação, da formação e do emprego, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida. - Existência de um Centro de Emprego sedado no Concelho; - Existência de cursos de formação e educação; - Apoios financeiros ao nível do IEFP para a criação do próprio emprego; - Ocupações temporárias (CEI e CEI +) favorecem a integração no mercado de trabalho; - Outros programas do Centro de Emprego que promovem a integração de desempregados (ex.: Inserção/Emprego para beneficiários do RSI); - A qualidade do vinho produzido no Concelho; - Concelho integrado na Região Demarcada do Douro;	- Forte parcelamento da propriedade; - Agricultura de carácter tradicional e de subsistência como complementaridade com outras atividades; - Regressão da agricultura como principal sector empregador do Concelho; - Baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional; - Falta de mão-de-obra qualificada em áreas específicas de atividade no quadro operacional; - População envelhecida; - Falta de motivação para a vida laboral ativa; - Falta de empreendedorismo individual na procura de emprego; - Resistência à inovação e à mudança; Apatia na procura de oportunidades; - Ausência de iniciativas comerciais inovadoras e atrativas; - Pouca capacidade empresarial; - Fraco tecido empresarial; - Fraco investimento em I&D (Investigação e Desenvolvimento); - Fraca expressão do associativismo empresarial; - Taxa de atividade da população reduzidas;

- Potencialidades turísticas; - Ligação do Centro de Emprego de Lamego com o centro de formação de Vila Real; - 2 Gabinetes de Inserção Profissional (GIP); - Alguns projetos da autarquia que se encontram já em funcionamento e poderão vir a criar mais postos de trabalho (Pavilhão Multiusos, Piscinas Cobertas, Remodelação do Complexo Desportivo, IND); - Trabalhadores com capacidade de adaptação a outros meios (modelo de emigrante); - Boa capacidade de trabalho – grande reconhecimento no exterior; - Grande património cultural e agrícola; - Gabinete de Inserção Profissional do CLDS 3G com intervenção que se desloca com alguma periodicidade às freguesias rurais; - Estágio Profissionais (administração pública e empresas privadas); - Rede Local de Intervenção Social (RLIS); - Programa da Câmara Municipal de Lamego “Enxoval Bebé” – programa social local de incentivo à natalidade e sua conceção que promove a economia local; - Feira das Oportunidades; - Existências de várias feiras temáticas (da bola, da cereja, das aldeias, etc.) que promove a economia local e os produtos endógenos; - Projeto “Volta de Apoio ao Emprego” promotor de projetos ao nível do empreendedorismo local.	- Taxa de desemprego feminino elevada e mão-de-obra pouco qualificada; - Reduzido nº de estruturas de apoio à conciliação da vida familiar com a vida profissional; - Desemprego de longa duração e formas de emprego precário; - Mercado de trabalho pouco diversificado; - Falta de capacidade empresarial; - Pequena dimensão do mercado local; - Baixa qualificação dos empresários; - Falta de empowerment das entidades patronais; - Falta de envolvimento/entrega do trabalhador na prossecução do trabalho e missão da entidade patronal e a preservação do seu posto de trabalho; - Interioridade; - Tendência crescente para o aumento do desemprego de longa duração associado a indivíduos com idades avançadas e a grupos vulneráveis; - Deficiente capacidade de fixação de quadros médios e superiores; - Muitos jovens licenciados sem emprego; - Assimetrias muito acentuadas entre a valorização do trabalho e o rendimento auferido (o rendimento real obtido); - Dificuldade de inserção dos beneficiários do RSI; - Dependência económica da prestação de RSI; - Dificuldade na transformação e comercialização dos produtos; - Capacidades turísticas do Concelho
--	--



	subaproveitadas; - Falta de oportunidade de emprego; - Preenchimento por ativos de várias oportunidades em simultâneo em detrimento de desempregados (ex: na área da formação); - Baixa taxa de natalidade e planos de desenvolvimento da natalidade.
--	--

Análise SWOT (DES)EMPREGO	
FATORES EXÓGENOS (Análise Externa)	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Atividade económica associada à dinamização dos produtos agrícolas típicos da região (vinho, azeite, cereja, etc.); - Gastronomia; - Boas condições físicas para o desenvolvimento de atividades turísticas; - Incentivos comunitários à criação de empresas; - Incentivos nacionais e comunitários à criação de empresas e emprego; - Projetos empresariais na área do Turismo, potencialmente promotores de emprego; - Programa comunitário (Portugal2020); - Políticas de emprego; - Mercado social de emprego/Apoio à formação; - Plano Integrado de desenvolvimento do concelho; - Oportunidades de emprego associadas à dinamização turística do concelho; - Formação familiar para combater ciclos viciosos sem qualquer valor cívico; - Adesão ao programa SIMPLEX; - Investimento privado no sector primário; - Incentivo para o empreendedorismo individual para combater a apatia e a falta de motivação.	- Política Agrícola Comum; - Interioridade; - Falta de competitividade dos produtos; - Fraca diversidade de atividades; - Conjuntura económica nacional; - Rede de transportes insuficiente; - Burocratização dos serviços; - Implementação de respostas meramente temporárias aos desempregados, não existindo uma integração efetiva no Mercado de Trabalho; - Mercado Social de Emprego; - Tendência nacional para o aumento crescente do desemprego (conjuntura nacional); - Desajuste entre a qualificação da população e a oferta de emprego; - Baixas qualificações escolares da população desempregada; - Escassa oferta de emprego a nível nacional; - Falta de incentivos a nível nacional à fixação de empresas; - Mão-de-obra imigrante; - Desajustamento no mercado de emprego entre a oferta e a procura; - Vulnerabilidade do sector primário; - Desertificação (emigração);

	- Muitos inscritos nos Centros de Emprego são desempregados falsos, na medida em que não procuram emprego, mas inscrevem-se para não pagarem por exemplo as taxas moderadoras nos serviços de saúde; - Baixa qualidade de vida; - Baixos salários ou ordenados; - Falta de motivação para a procura de emprego ou empreendedorismo; - Falta de modelos parentais positivos e assertivos; - Falta de valores cívicos; - Jovens com formação e bem preparados, requeridos por outros países; - Dificuldade elevada para desenvolver a vida laboral ativa em regiões do interior/falta de motivação.
--	---

Análise SWOT	
(ENVELHECIMENTO)	
FATORES ENDÓGENOS (Análise Interna)	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Rede Social – Desenvolvimento de Programas e Projetos (CLDS 3G e outros...); - Rede Local de Intervenção Social (RLIS); - Existência de Instituições a operar no Concelho vocacionadas para o apoio a idosos, nomeadamente nas respostas sociais: Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), serviço de apoio domiciliário e centro de dia; - Cobertura total do Concelho no que concerne ao apoio domiciliário; - Existência de 4 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas com acordos com o Instituto da Segurança Social; - Ampliação do lar da Santa Casa da Misericórdia de Lamego e das Filhas de S. Camilo; - Existência de instituições com estatuto de IPSS's na maioria das freguesias do Concelho, no entanto a maioria nunca se candidatou a nenhuma resposta social; - Existência de duas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas privadas (Residencial Sénior S. Pedro e de Stª Maria Maior de Almacave); - Existência de clínicas privadas na área da fisioterapia e fisioterapia; - Existência de infraestruturas físicas que poderão ser adaptadas para respostas de	- Elevado índice de envelhecimento no Concelho; - Isolamento e solidão dos idosos; - Baixos recursos económicos da população, nomeadamente da população idosa; - Insuficiência de respostas das instituições existentes às muitas necessidades da população idosa e suas famílias; - Número significativo de pessoas em lista de espera, nomeadamente para integração em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas; - Inexistência de famílias de acolhimento; - Falta de apoio noturno aos idosos que vivem sozinhos; - Elevado número de idosos sem retaguarda familiar; - Vontade do idoso em manter-se na própria habitação; - Ausência de programas/atividades sócio recreativas direcionadas para esta população alvo (idosos); - Dificuldades de os idosos acederem aos serviços de saúde; - Distância considerável de algumas freguesias relativamente aos serviços da Segurança Social; - Insuficiência de respostas sociais para a 3ª idade nomeadamente Estruturas

proximidade, entre as quais as escolas que fecharam por falta de alunos; - Serviços de Ação Social (Câmara Municipal, Instituto da Segurança Social, Unidades de Saúde, Hospital e IPSS's); - Bombeiros Voluntários de Lamego; - Juntas de Freguesia; - Existência de uma universidade sénior; - Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Lamego; - Associações do Concelho/Grupos de Voluntariado; - Programa social local de incentivo à Natalidade “Enxoval bebé”; - Programa apoio 65 – Idosos em Segurança (P.S.P. e G.N.R.); - Programa Sénior Convida; - Medidas Municipais de apoio à Terceira Idade (Sénior Convida, Tarifa Social de consumo da água para as Pessoas Idosas, Cartão Sénior Viaja, etc.); - Existência de um banco local de produtos de apoio; - Existência da Websocial; - Programa da Unidade de Cuidados na Comunidade de Lamego “Cuidar de quem cuida”.	Residenciais para Pessoas Idosas; - Falta de articulação entre as Instituições; - Falta de preparação das famílias e da comunidade para cuidar dos idosos; - Desresponsabilização/dificuldade das famílias; - Fraca adesão ao voluntariado; - Altas clínicas com um espaço temporal significativo das altas sociais, por falta de retaguarda e apoio familiar; - Dificuldades financeiras das IPSS's; - Número insuficiente de acordos estabelecidos pela Segurança Social com as IPSS's; - Várias instituições que prestam apoio domiciliário a cruzarem-se nos mesmos locais (não há delimitação de territórios de ação); - Fraca cultura de parcerias; - Aumento da Violência Doméstica aos idosos; - Más condições de habitabilidade; - Inexistência de um programa de apoio aos idosos ao nível da medicação; - Inexistência de programas de apoio para as Instituições; - Rede de Apoio Domiciliário desajustado às necessidades dos utentes.
--	---

Análise SWOT	
(ENVELHECIMENTO)	
FATORES EXÓGENOS (Análise Externa)	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Criação de espaços inter-geracionais, onde se possam desenvolver atividades e dinâmicas onde o idoso possa transmitir os seus saberes às gerações mais novas; - Rede de Cuidados Continuados de Saúde; - Cartão Idoso; - Programas de férias para idosos; - Aumento dos acordos da Segurança Social com as IPSS's; - Índice de envelhecimento elevado, no entanto revela-se baixo quando comparado com os concelhos vizinhos; - Estimular candidaturas ao apoio domiciliário noturno; - Estimular candidaturas a centros noturnos (este tipo de centro não se direciona a pessoas acamadas); - Desenvolver as parcerias e a articulação entre as diversas instituições e entidades que trabalham com a problemática dos idosos; - Linha gratuita de emergência da Segurança Social a funcionar 24 horas (144); - Formação de recursos humanos na área da Geriatria e Gerontologia; - Aumentar os serviços de apoio domiciliário noutra dinâmica, ou seja, com vista a ter-se um acompanhamento mais frequente; - Criação de uma consulta de geriatria para pessoas com 65 ou mais anos;	- Envelhecimento progressivo da população; - Aumento da esperança média de vida o que faz com que os idosos sejam cada vez mais velhos e mais dependentes; - Aumento das situações de dependência; - Diminuição da solidariedade, responsabilidade familiar e retaguarda familiar; - Diminuição do respeito pelo próprio idoso e pelas suas vontades e motivações; - Desresponsabilização da família pelos seus idosos; - Morosidade dos processos judiciais de interdição/inabilitação dos idosos; - Sobrecarga nos serviços de saúde, fruto do aumento da população idosa; - Inexistência de apoio às famílias para prestação de cuidados aos seus idosos; - Dinâmicas sociofamiliares – tendência para a diminuição média de pessoas por família e aumento das famílias nucleares; - Saída da população mais jovem das freguesias rurais e mesmo do próprio Concelho o que faz com que os idosos estejam cada vez mais sozinhos e desamparados; - Fraca sensibilidade da sociedade relativamente à problemática da 3ª idade; - Ausência de recursos humanos

- Aproveitar os saberes da população idosa ligados aos ofícios e artes tradicionais; - Criação de um Banco de Apoio/Atendimento ao Idoso; - Criação de um Banco de Produtos de Apoio com financiamento (através de BPI Capacitar ou outros programas no âmbito do Portugal 2020).	especializados na área da Geriatria e Gerontologia; - Centralização dos serviços de Segurança Social; - Fraca cultura de parcerias; - Burocratização dos serviços; - Sustentabilidade do Sistema de Segurança Social; - Dificuldade em alargar acordos com a Segurança Social a um maior número de utentes; - Grandes atrasos na aprovação e financiamento dos projetos e burocratização; - Períodos de candidaturas a projetos muito curtos; - Desadequação das medidas de políticas sociais às necessidades locais (as instituições não podem apoiar mais utentes do que o número acordado com o Instituto da Segurança Social), uma vez que sofrem duras penalizações.
---	---

Análise SWOT	
(SAÚDE)	
FATORES ENDÓGENOS (Análise Interna)	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados; - Duas Unidades de Saúde Familiar (USF); - Existência de extensões de saúde sedeadas nas freguesias (Cambres, Penajóia, Britiande, Valdigem); - Existência do Hospital de Proximidade de Lamego (estrutura nova e moderna); - Existência de unidades privadas de realização de exames de diagnóstico/tratamento (laboratório de análises, imagiologia, Medicina Física e Reabilitação); - Existência de Unidade de Cuidados na Comunidade; - Maior acessibilidade /facilidade na marcação de consultas via telefone e online; - Existência de uma Corporação de Bombeiros Voluntários; - Existência de cobertura por parte do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); - Os utentes inscritos na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados e nas USF, têm maioritariamente, atribuído, médico de família; - Existência de Complexo Desportivo e de Piscinas Cobertas; - Unidade de Psico-oncologia do CLDS3G;	- Envelhecimento da população e consequente aumento da procura de serviços de saúde ligados à 3ª idade e à dependência; - Forte incidência de doenças relacionadas com a velhice; - Programa funcional do Hospital de Proximidade de Lamego pouco adequado às necessidades da população; - Deslocação da população para o Hospital de Vila Real, por inexistência de resposta no Hospital de Proximidade de Lamego; - Inexistência de uma rede de transportes públicos que assegure o transporte dos utentes e familiares para a Unidade Hospitalar de Vila Real; - RNCCI sem cobertura no concelho (inexistência de ULDM/outras, assim como ECCI); - Inexistência de respostas sociais ao nível da saúde mental; - Idosos em situação de pobreza, cujas pensões não cobrem a comparticipação das mensalidades dos lares, o que aumenta e prolonga os internamentos hospitalares; - Falta de condições das famílias para receberem os idosos dependentes e sós (condições habitacionais, económicas, situação laboral); - Elevado número de pessoas que

- Maior dinamismo da Liga dos Amigos do Hospital (HPL); - Ações desenvolvidas pelas entidades para a educação e promoção da saúde; - Existência de uma Unidade de Saúde Pública; - Existência de uma Equipa Local de Intervenção Precoce.	- consomem excessivamente drogas lícitas e ilícitas; - Dificuldade de enquadramento em respostas/programas de desintoxicação; - Inexistência de programas de inserção social após o cumprimento de programas de desintoxicação (álcool, drogas); - Encerramento de algumas extensões de saúde sedeadas nas freguesias rurais; - Diminuição da população com capacidade de apoio informal, a pessoas dependentes; - Inexistência de programas de apoio/formação, de forma sistematizada, a cuidadores informais.
--	--

Análise SWOT	
(SAÚDE)	
FATORES EXÓGENOS (Análise Externa)	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Potencial de crescimento do Hospital de Proximidade de Lamego; - Sensibilidade acrescida dos profissionais de saúde/instituições de saúde, para a prestação de cuidados de saúde no domicílio (ex: projeto de internamento hospitalar de doentes agudos); - Existência de cursos socioprofissionais para prestadores de cuidados de saúde; - Nos concelhos do ACES Douro Sul, a que Lamego pertence, a taxa de incidência da infeção VIH tem diminuído desde 2005, com valores inferiores aos da Região Norte e de Portugal. Em 2010, registou o valor mais baixo da Região Norte; - Projetos de apoio/respostas sociais para pessoas com demências; - Criação de uma Unidade Móvel de apoio ao domicílio; - A taxa de notificação da tuberculose também tem diminuído nestes concelhos, apresentando, desde 2004, valores abaixo dos da Região Norte e de Portugal.	- Dificuldade de fixação de médicos nesta região; - Políticas de saúde que privilegiam a concentração de recursos; - Implementação de políticas de desvalorização dos cuidados de proximidade; - Acentuado aumento do índice de envelhecimento da população (a região geográfica que abrange o ACES Douro Sul registou um índice superior ao registado na Região Norte e Continente); - Inexistência de programas consistentes de prevenção do alcoolismo (doença crónica do fígado e cirrose registaram o pior valor de mortalidade prematura, da Região Norte, no triénio 2008-2010), nos concelhos do ACES Douro Sul.

Análise SWOT	
(COMPORTAMENTOS ADITIVOS)	
FATORES ENDÓGENOS (Análise Interna)	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Lamego; - Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Lamego e duas Unidades de Saúde Familiar; - Guarda Nacional Republicana (Secção de Programas Especiais, nomeadamente Programa Escola Segura); - Polícia de Segurança Pública (Programa Escola Segura); - Centro de Respostas Integradas de Vila Real – Equipa de Tratamento (ET) de Lamego; - Existência no Concelho de uma consulta especializada para os comportamentos aditivos; - IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude de Viseu; - Associações de Pais (do Agrupamento de Escolas Latino Coelho e do Agrupamento de Escolas da Sé); - DGRS – Direção Geral de Reinserção Social de Lamego; - Associações Culturais, Sociais, Desportivas e Recreativas; - CRAC – Centro Regional de Alcoologia do Centro (Coimbra); - Agrupamentos de Escolas (Agrupamento de Escolas Latino Coelho e do Agrupamento	- Famílias desestruturadas; - Negligência Parental; - Baixa autoestima; - Violência Doméstica; - Iniciação precoce dos consumos (13-14 anos); - Insucesso escolar; - Absentismo Escolar; - Baixas qualificações escolares/profissionais; - Ausência de uma cultura de saúde; - Zona vitivinícola; - Tradição concelhia de produção de vinho; - Acesso fácil ao álcool e a outras substâncias; - Modelos e mentalidades da população residente; - Hábitos e costumes enraizados; - Desemprego/emprego precário; - Falta de reconhecimento por parte do indivíduo alcoólico para o problema; - Muitos beneficiários de RSI estão ligados a esta problemática; - Número significativo de concelhos que o técnico de serviço social existente no ACES Douro Sul acompanha;

de Escolas da Sé); - Rede Social; - Núcleo Local de Inserção – NLI; - Câmara Municipal; - Juntas de Freguesia; - Rede Local de Intervenção Social; - Câmara Municipal de Lamego com iniciativas desportivas no período de férias escolares para crianças e jovens; - Existência de um profissional de serviço social nas Unidades de Saúde que integram o ACES Douro Sul; - Conselho Municipal de Segurança; - Diversificação de oferta ocupacional para jovens e adultos (natação, caminhadas, etc.); - Oferta de espaços para desenvolvimento de atividades desportivas e ocupacionais (Piscinas Cobertas, Piscinas Descobertas, IND, Teatro Ribeiro Conceição, etc.); - Maior abertura para a inserção ocupacional/profissional dos beneficiários do RSI através das ASU (Atividades Socialmente Úteis); - Encontra-se em fase de revisão o regulamento interno de funcionamento de estabelecimentos de restauração, bares, estabelecimentos noturnos).	- Falta de respostas e oportunidades a nível de inserção; - Existência de zonas escuras e desabitadas que propiciam o consumo; - Lalim, Lazarim e Britiande - freguesias com uma grande incidência no que respeita a indivíduos com comportamentos aditivos de substâncias ilícitas; - Muitas vezes o alcoolismo é encarado como um problema associado às classes inferiores; - Abertura indiscriminada de cafés e estabelecimentos de diversão com programas atrativos no período imediatamente a seguir ao período escolar; - Alargamento do horário dos espaços noturnos de diversão; - Aumento do número de estabelecimentos noturnos na sede do Concelho.
--	--

Análise SWOT	
(COMPORTAMENTOS ADITIVOS)	
FATORES EXÓGENOS (Análise Externa)	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Programas Nacionais e Comunitários; - Programas do IPDJ; - Coordenar a relação Família/Escola – formar pais e professores; - Ações de planos e de prevenção primária; - Programa de Intervenção Focalizada (PIF) do DICAD - Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências; - Campanhas do Ministério da Saúde; - Centro de Recuperação de Alcoólicos de Coimbra; - Centro de Alcoólicos recuperados de Viseu; - Sessões de esclarecimento/informação; - Comunidades Terapêuticas; - Restrição dos horários dos espaços noturnos; - Intervenção das forças de segurança em raves e em locais não habitacionais (Ex: Serra das Meadas), com o objetivo de dissuadir o tráfico e consumo de substâncias ilícitas; - Promoção de campanhas de sensibilização junto dos estudantes do ensino superior; - Divulgação junto de pais e de professores acerca das novas substâncias ilícitas e das novas formas de consumo; - Criação de atividades de desporto e outras atividades lúdicas para ocupar o tempo livre	- Proximidade com grandes centros urbanos; - Publicidade de bebidas alcoólicas afixadas em locais e espaços em zonas circundantes às escolas; - Facilidade de acesso às substâncias psicoativas; - O consumo de álcool propicia doenças do foro psíquico (doenças mentais) e o abandono escolar; - Hábitos sociais enraizados a nível nacional; - Publicidade/Comunicação Social; - Cultura de aceitação por parte da população; - Não aceitação do alcoolismo como problemática; - Falta de profissionais de saúde especializados; - Banalização dos consumos; - Locais noturnos de diversão com horários alargados; - Falta de formação dos pais e professores relativamente às novas drogas (o consumo é diferente e os meios de aquisição também, a Internet é um dos meios mais utilizados para a sua aquisição o que faz com que estas substâncias sejam de fácil acesso e aquisição); - Grupo de pares como elemento influenciador (negativo) de



dos jovens.

comportamentos.

Análise SWOT (EDUCAÇÃO)	
FATORES ENDÓGENOS (Análise Interna)	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Existência de todos os níveis de ensino, inclusive ensino superior (Licenciaturas, mestrados); - Escolas privadas (Colégio de Lamego e Escolas Profissionais, uma delas com regime de internato); - Existência dos serviços de apoio à família no âmbito do ensino pré-escolar e 1º ciclo; - Estabelecimento Prisional promotor de iniciativas de educação e formação; - Existência de Ensino Especial; - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ); - Existência de um representante a tempo inteiro do Ministério da Educação e Cultura na CPCJ de Lamego; - Associação de Pais e Encarregados de Educação em ambos os agrupamentos de escola; - Biblioteca Municipal; - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego; - Associação de Estudantes; - Programa PERA (Programa Escolar de Reforço Alimentar) implementado nas escolas; - Loja Ponto Já; - Lamego Digit@l;	- Significativa taxa de analfabetismo (pessoas com + de 55 anos); - Baixa Taxa de Natalidade; - Fraco policiamento das zonas circundantes das escolas, o que potencia a frequência de espaços extraescolares; - Instabilidade do corpo docente em alguns níveis de ensino (2º, 3º e secundário); - Taxa de insucesso e abandono escolar considerável; - Desvalorização da cultura escolar por parte das famílias; - Desestruturação familiar; - Insuficiência de respostas de formação profissional; - Fracas expectativas dos jovens em relação ao futuro; - Atração precoce pelo mercado de trabalho não qualificado; - Considerável percentagem de população com baixos níveis de escolaridade; - Desejo de autonomia financeira por parte dos jovens; - Deficiente articulação dos agentes educativos, no sentido de adequar a especificidade concelhia às ofertas qualificantes (cursos profissionais e profissionalizantes) para jovens;

- Conselho Municipal de Educação; - Núcleo Local de Inserção (NLI) da medida de Rendimento Social de Inserção; - Existência de um representante do Ministério da Educação no NLI; - Existência de Equipas Multidisciplinares nos Agrupamentos de Escolas; - Equipa Local de Intervenção Precoce (ELI); - Proximidade geográfica com outras Universidades (Vila Real e Viseu); - Apoios da Câmara Municipal: . Rede de transportes escolares; . Concessão de bolsas a estudantes do ensino superior; . Concessão de apoios a crianças que frequentam o 1º ciclo; - Carta Educativa; - Programa Escola Segura (G.N.R. e P.S.P.); - Valorização do saber fazer de quem tem baixas habilitações, mas que pretende revalidar e certificar as suas competências (alteração da abordagem feita à educação, atualmente faz-se pelas competências adquiridas); - Contrato Local de Desenvolvimento Social 3G; - Existência de ofertas de Educação e Formação para os jovens (CQESP); - Existência de cursos de educação e formação para adultos; - Projeto para uma nova Biblioteca Municipal; - Existência de Cursos Vocacionais como um percurso curricular alternativo para jovens com insucesso escolar e/ou em risco de	- Falta de cursos de alfabetização e cursos CEF nas zonas rurais do Concelho; - Inexistência de cursos EFA no Concelho; - Abandono/Insucesso escolar com maior incidência nas minorias étnicas; - Com a concentração da população na freguesia da cidade, os Centros Escolares Urbanos têm um considerável número de alunos e os Centros Escolares das freguesias rurais (Ferreirim, Cambres e Penude) um número muito inferior; - Deficiente resposta aos públicos adultos não escolarizados, por parte das Escolas.
--	---

abandono escolar; - Existência de uma Unidade Multideficiência no Concelho (Agrupamento de Escolas da Sé); - Aumento da escolaridade obrigatória; - Aumento das ofertas/alojamento turísticos; - Existência de vários projetos e clubes em ambos os Agrupamentos de Escolas (Projeto Erasmus +, Clube de Voleibol, Desporto Escolar, etc.); - Escola de Hotelaria e Turismo do Douro – Lamego, sediada no Concelho; - Encontra-se implementado nas escolas o Plano Nacional de Leitura – LER +; - Centros escolares construídos de raiz e remodelação de algumas escolas já existentes; - Existência de Educação para a cidadania; - Intervenção comunitária: equipas multidisciplinares existentes nas escolas que visam dotar as famílias identificadas com ferramentas de mudança comportamental/parental; - Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), cujos destinatários são: Jovens com idade igual ou superior a 15 anos ou, independentemente da idade, a frequentar o último ano de escolaridade do ensino básico; e Adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com necessidades de aquisição e reforço de conhecimentos e competências; - Existência do Programa – Acesso a maiores de 23 anos (Programa de ingresso no Ensino Superior); - Existência de Cursos de Educação e Formação e de Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP);	
--	--



- CLDS 3G (com atividades para as minorias étnicas ao nível do apoio informal ao estudo).	
--	--

Análise SWOT (EDUCAÇÃO)	
FATORES EXÓGENOS (Análise Externa)	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Aumento da mão-de-obra qualificada; - Potencialidades Turísticas; - Aumento de quadros superiores; - Implementação de Projetos inovadores e investimento na melhoria da qualidade de ensino; - PIEF – Plano Integrado de Educação e Formação; - Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária; - Projeto Turma Mais; - Percursos Curriculares Alternativos; - Programa para o Desenvolvimento Educativo em Portugal; PNAPAE – Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, etc.); - Desenvolvimento de apoio psicopedagógico à população em idade escolar/criação de um gabinete concelhio de apoio e orientação escolar e profissional; - Portugal 2020 – Inovação Social; - Projeto Fénix (projeto que permite dar um apoio mais personalizado aos alunos que evidenciam dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, ou outra identificada pela escola de acordo com a taxa de sucesso. Consiste na criação de Turmas Fénix - onde são temporariamente integrados os alunos que necessitam de um maior apoio para conseguir recuperar aprendizagens,	- Grande indefinição/instabilidade das políticas nacionais, ao nível da educação em geral; - Instabilidade do quadro de professores; - Fraco rendimento escolar; - Currículos escolares desajustados; - Falta de uma linha orientadora do sistema educativo ajustada às características e necessidades regionais; - Abandono escolar/Absentismo Escolar; - Baixa Taxa de Natalidade a nível nacional; - Oferta de postos de trabalho que não exigem mão-de-obra qualificada; - Falta de motivação para a formação; - Cursos/Ofertas Formativas pouco adaptados à realidade e às expectativas dos jovens; - Influência da família na mentalidade dos jovens; - Com o programa de Maiores de 23 anos poderá levar a que os jovens abandonem mais cedo da escola com o objetivo de darem entrada no mercado de trabalho para mais tarde ingressarem neste tipo de ensino; - Grande número de alunos que apresentam Dificuldades de Aprendizagem; - Emigração;

permitindo um ensino mais individualizado, com respeito por diferentes ritmos de aprendizagem, o que se tem vindo a revelar uma estratégia de sucesso educativo); - Programa Escolhas; - Possibilidade de criação de Cursos EFA, por parte das Escolas e por parte das entidades privadas com acreditação para o efeito, que poderão funcionar com grupos mínimos de 10 formandos, nos locais de origem, em instalações com condições, para a certificação de competências ao nível do 4º, 6º e 9º anos de escolaridade; - Formandos dos cursos EFA recebem uma bolsa, o que pode ser visto como um incentivo; - Criação de uma ludoteca (espaços para atividades lúdicas para as crianças, família e comunidade); - Criação de Cursos CEF para turmas do 2º ciclo do Ensino Básico como resposta para o abandono escolar neste nível de ensino; - Formação na área das competências pessoais, parentais e sociais (formação parental); - Intervenção familiar e parental com objetivos e metas bem definidos, que promovam a estruturação familiar; - Conselho Municipal de Educação (revisão/atualização do seu regulamento interno); - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPCJR).	- Ocupação excessiva das tecnologias; - Insuficiência de cursos técnico-profissionais; - Desemprego elevado nos quadros superiores; - Falta de atualização na formação dos professores; - Considerável número de alunos com necessidades educativas especiais; - Aumento de situações de Bullying; - Sinalização tardia das situações de Bullying.
--	--

Análise SWOT	
(DEFICIÊNCIA)	
FATORES ENDÓGENOS (Análise Interna)	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Desenvolvimento da cultura de Parceria; - Desenvolvimento de programas e projetos (RSI e Rede Social); - Rede Local de Intervenção Social (RLIS); - Existência de uma Unidade de Multideficiência no Agrupamento de Escolas da Sé; - Existência de equipamentos de apoio social ao nível do pré-escolar e do idoso; - Papel das entidades do Concelho na divulgação dos direitos e na promoção da cidadania; - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ); - Existência de um elemento a tempo inteiro a representar o Ministério da Educação na CPCJ; - Existência de uma instituição no município de apoio à deficiência a Associação Portas P'ra Vida (adiante designada por APPV) com 25 anos de experiência; - Programas de incentivo à contratação de pessoas com deficiência promovidos pelo IEFPP; - Existência ao nível local de um banco de produtos de apoio; - Maior sensibilidade da população para a problemática da deficiência; - Existência no Concelho de Instituições a	- Baixo nível escolar, social, e cultural, falta de formação das famílias carenciadas, para assegurar a estruturação pessoal/familiar e para gerir os vários recursos com vista à autonomização; - Aumento do desemprego o que dificulta a promoção do emprego de pessoas com deficiências; - Isolamento e falta ocupação dos deficientes; - Baixa participação comunitária e social; - IPSS's ligadas a idosos e a crianças a acompanharem casos de doença mental por falta de instituições para este segmento populacional; - Baixa participação comunitária e social; - Insuficiente capacidade de resposta e apoios para acompanhar as necessidades das pessoas portadoras de deficiência; - Envelhecimento da população; - Existência de barreiras arquitetónicas o que dificulta a mobilização de pessoas com deficiência; - Aumento de casos de violência doméstica; - Aumento considerável de processos na CPCJ; - Baixa percentagem de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho;

trabalharem a problemática da doença mental sem estarem vocacionadas para tal, o que revela uma grande abertura e solidariedade das instituições; - Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana que contam com um gabinete de apoio à vítima de violência doméstica; - Apoio dado pelo IEPF para a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; - Associações culturais, recreativas e desportivas das várias freguesias do Concelho; - Câmara Municipal de Lamego; - Segurança Social de Lamego; - Centro de Acolhimento Temporário (CAT) de Lamego e Lar de Infância e Juventude (LIJ) da Santa Casa da Misericórdia; - Associação Portas PRá Vida com várias respostas sociais direcionadas para a pessoa deficiente – em meio natural de vida e em meio residencial (Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial, residências autónomas, empresa de inserção e formação profissional); - Estágios Profissionais ministrados por entidades públicas e empresas privadas a utentes da Associação Portas Prà-Vida (Câmara Municipal de Lamego, Lacticínios Paiva, Eleclerc e outros); - Entidades Privadas e Públicas (locais) bem como pessoas a título particular/individual que procuram os serviços da empresa de inserção (ex: serviços de Jardinagem) da Associação Portas Prá Vida; - Maior sinalização de casos de deficiência; - APPV como elemento pertencente à Rede Nacional RESIT (Redede Empresas de	- Falta de respostas dos estabelecimentos de ensino para o combate ao abandono escolar; - Principais fatores de risco para as crianças com processos na CPCJ (abandono escolar, negligência e maus tratos); - Insuficiência de “cursos de formação” para a população com deficiência; - Falta de “casas de abrigo” para as vítimas de violência doméstica; - Falta de iniciativas culturais, desportivas e recreativas para a população deficiente; - Falta de sensibilidade das empresas existentes no Concelho para a empregabilidade deste público-alvo; - Constrangimento por parte das famílias que na sua composição têm pessoas com deficiência; - Escassez a nível de respostas e apoios; - Número considerável de pessoas com deficiência motora, visual e mental a residir no Concelho de Lamego; - Dificuldade de encontrar pessoas disponíveis para representar pessoas com deficiência Interditadas/Inabilitadas.
---	---

Inserção pelo Trabalho). A RESIT, por sua vez, representa Portugal na ENSIE (European Network of Social Integration Enterprises – Rede Europeia de Empresas de Inserção pelo Trabalho), com representação na Comissão Europeia; - ACAPO que apoia a população com deficiência visual no Concelho de Lamego; - Câmara Municipal de Lamego estabeleceu um acordo com a ACAPO – Delegação de Viseu; - Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Viseu e Associação de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (APAV) que prestam atendimento e acompanhamento a vítimas de violência doméstica.	
--	--

Análise SWOT	
(DEFICIÊNCIA)	
FATORES EXÓGENOS (Análise Externa)	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Aumentar a atividade social na área da deficiência através da dinamização de atividades sociais, desportivas, culturais e de lazer; - Fomentar a atividade ocupacional dos deficientes junto do tecido empresarial; - Estratégias de reforço do trabalho preventivo do aparecimento de novos casos de deficiência (por exemplo SAF- Síndrome do Alcoolismo Fetal); - Divulgação de estratégias de inserção e reinserção profissional de portadores de deficiência junto das empresas; - Implementação de um Programa de Competências Parentais; - Criação de novos equipamentos sociais e/ou adaptação de equipamentos já existentes em diferentes pontos do Concelho, numa ótica de resposta às necessidades emergentes; - Desenvolver o banco local de produtos de apoio (tentando aumentar o número de produtos de apoio disponíveis para empréstimo); - Criação de emprego, nomeadamente feminino, associado a esses equipamentos sociais; - Criação de um gabinete de apoio e informação a candidaturas nesta área; - Possibilidade de definir candidaturas e	- Exclusão social; - Políticas sociais pouco favoráveis ao desenvolvimento social; - Falta de igualdade de oportunidades; - Falta de qualidade de vida dos deficientes e a prestação de cuidados a esta população; -Carência de financiamento para os serviços de emprego protegido e outros; -Impacto da recessão económica; - Falta de competências parentais; - Ausência de estruturas familiares de suporte; - Envelhecimento da população; - Estruturas comportamentais familiares pouco permeáveis à mudança; - Sustentabilidade da Segurança Social; - Escassez a nível de recursos; -Atual conjuntura económica e social; - Dificuldade das instituições em lidar com as situações de deficiência e doença mental; - A doença mental com pouca intervenção ao nível nacional; - As novas drogas e o stress característico das sociedades modernas propiciam doenças mentais na camada mais jovem da população; - Desemprego como propiciador de

recorrer aos programas nacionais e comunitários existentes ou que possam vir a surgir nesta área; - Programa PAIES (Programa de Apoio a Investimento em Equipamentos Sociais); - Programa MASES (Medidas de Apoio à Segurança dos Equipamentos Sociais); - Hospital Psiquiátrico de Viseu; - Programa PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais); - Programa Escolhas; - Apoio ao investimento a respostas integradas de apoio social (POPH); - Instituto Português da Juventude de Viseu; - Candidatura a lares residenciais; - Candidaturas a “Casas de Abrigo; - Efetuar ações de sensibilização para a eliminação das barreiras arquitetónicas; - Abertura da estrutura da APPV a parceiros, ao nível da reabilitação: • Equitação Terapêutica; • Snoezelen (estimulação e relaxamento sensorial). - Cumprimento das cotas de emprego, estabelecidas pela legislação específica, para pessoas com deficiência; - Alteração legislativas que favoreçam a temática; - Alargamento dos parceiros locais à RESIT; - Impulsionar a atividade do Provedor do Cidadão com Deficiência; - Divulgação da Linha do Cidadão com Deficiência do Provedor da Justiça.	comportamentos agressivos e comportamentos desviantes; - Instabilidade do financiamento; -Especialização e regulação central dos serviços inadequada às necessidades e interesses pessoais; - Existência de barreiras arquitetónicas; -Aumento das situações de depressão e outras perturbações psiquiátricas; - Fraco investimento em espaços físicos para pessoas portadoras de deficiência; - Crise económica é um obstáculo ao investimento do tecido empresarial na integração de deficientes no mercado de trabalho; - Insuficiência de alternativas ao nível da prestação de cuidados e serviços a pessoas com deficiência (resposta social em meio natural de vida – Serviço de Apoio Domiciliário Especializado); -Legislação altamente penalizadora das IPSS's que prestam serviço a mais utentes que os estabelecidos em acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social.
--	--

Análise SWOT	
(HABITAÇÃO)	
FATORES ENDÓGENOS (Análise Interna)	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Existência de projetos na Autarquia, com vista à construção de novos bairros – habitações sociais; - Programas /Projetos de intervenção na área da habitação; - Crescimento do parque habitacional; - Crescimento do nº total de alojamentos familiares clássicos; - Tendência de aumento do investimento na reabilitação urbana relativamente à construção de novas edificações; - Crescente envolvimento e participação dos cidadãos na conceção e implementação de intervenções urbanas promovidas pelas autarquias em parceria com as organizações da sociedade civil; - Elevados investimentos ao longo das últimas décadas na qualificação urbana com melhorias significativas na qualidade do ambiente urbano, na dotação de equipamentos de proximidade, no espaço público e nas infraestruturas viárias. - Existência de inúmeras áreas urbanas com notabilidade patrimonial, histórica, cultural, arquitetónica e paisagística, com grande singularidade e atratividade; - Extenso património natural e cultural com grande potencial para a competitividade territorial e para a qualificação dos espaços urbanos;	- Acessibilidades rodoviárias reduzidas, especialmente nas freguesias rurais; - Dificuldade de acesso ao crédito bancário das famílias em situação profissional precária para aquisição de habitações; - Existência de pedidos de apoio ao nível de obras de recuperação e melhoramento das condições de habitabilidade; - Mercado de arrendamento limitado e com rendas elevadas; - Tendência de concentração populacional na sede de concelho, com a consequente desertificação das freguesias rurais; - Carência ao nível das condições de habitabilidade de algumas famílias; - Elevado custo de habitação no Concelho; - Custo da habitação inferior noutros concelhos próximos, como por exemplo em Tarouca; - Insuficiências nas abordagens urbanas integradas desenvolvidas nos últimos anos, nomeadamente na articulação das dimensões física-social-económica e na conjugação dos instrumentos financeiros comunitários; - Existência de áreas urbanas críticas, caracterizadas pela coexistência de problemas sociais e urbanísticos (áreas históricas, bairros sociais, urbanizações periféricas);

- Diversos equipamentos e respostas sociais ao nível da terceira Idade e infância; - Rede de equipamentos escolares e presença do ensino superior (Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego); - Aumento da coresponsabilização dos arrendatários na conservação e na manutenção dos espaços; - Plano Diretor Municipal revisto recentemente; - Proximidade dos serviços da Câmara Municipal com a população residente nos Complexos Habitacionais, nomeadamente com o seu Gabinete de Ação Social, o que permite o aumento dos contactos formais e informais com a população; - Melhoria das relações de vizinhança; - Boa articulação com as entidades locais o que permite um maior envolvimento e resposta a problemas sentidos na habitação social; - Atualização em curso do Diagnóstico Social, e consequentemente dos dados sociodemográficos das famílias residentes em habitação social, propriedade do Município; - Programa do arrendamento jovem (Portal 65); - Transporte Público Municipal “O Verdinho”.	- Perda de vitalidade social e económica dos centros históricos e das áreas urbanas centrais das aglomerações urbanas estruturadoras da cidade; - Território estruturado por um sistema urbano distendido e assimétrico com áreas de desenvolvimento recente caracterizadas por povoamento fragmentado e disperso de baixa densidade; - Inexistência de reuniões de arrendatários dinamizadas pela Câmara Municipal nos Complexos Habitacionais; - Prevalência de focos de habitação precária e, caracterizados por condições habitacionais e sociais graves; - Rede de acessibilidades que privilegia mais o transporte individual e disfuncionalidades na rede de transporte público, com deficiências na intermodalidade e interoperabilidade; - Insuficiência de participação das comunidades locais na conceção e implementação de soluções que respondam aos problemas de pequena escala de nível local; - Debilidades infraestruturais que permitam uma maior utilização dos modos de transporte suaves em conforto e segurança; - Dificuldade em fixar quadros técnicos superiores, oferecendo condições competitivas de emprego; - Elevado número de alojamentos vagos e de segunda habitação; - Parque Habitacional Municipal disperso com idade avançada e degradado; - Desadequação das tipologias face aos agregados que residem nos fogos (sobreocupação e subocupação); - Aumento da procura de habitação social;
---	---

	- Desajuste entre a procura de habitação social e a oferta disponível; - Alteração dos motivos que estão na base dos novos pedidos de habitação social: diminuição do número de pedidos por más condições de habitabilidade e aumento do número de pedidos por dificuldades económicas para fazer face ao valor das rendas; - Incumprimento no pagamento das Rendas; - Rendas desatualizadas/desajustadas; - Perceção por parte da população em geral de que a habitação social é uma resposta de carácter definitivo e não transitório, com vista a fazer face a situações de emergência; - Concentração, nos bairros de habitação social, de uma multiplicidade de problemáticas que acentuam a vulnerabilidade ao risco social das comunidades que aí residem (baixas habilitações literárias, desemprego (de longa e muito longa duração), emprego precário, rendimentos reduzidos, entre outras); - Inexistência de um condomínio na habitação social; - Informação quantitativa e qualitativa sobre as comunidades residentes nos bairros sociais desatualizada para permitir desenhar intervenções adequadas às necessidades atuais.
--	--

Análise SWOT (HABITAÇÃO)	
FATORES EXÓGENOS (Análise Externa)	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Elaboração de um plano de ação local de habitação; - Cumprimento Regulamento Municipal de atribuição de habitação social em regime de renda apoiada e de gestão das habitações propriedade do Município de Lamego; - Existência de novos loteamentos habitacionais; - Criação de um condomínio para a habitação social; - Redução do custo da habitação como incentivo à fixação da população; - Concretização de programas de habitação jovem e cooperativa; - Construção de mais habitação social; - Recente revalorização das áreas urbanas centrais e históricas, num contexto de retração do investimento em habitação própria e de aumento do arrendamento; - Associação das políticas de dinamização económica do setor da construção civil e de dinamização do emprego com as políticas de reabilitação urbana; - Capitalização dos investimentos realizados na regeneração urbana para dinamizar o investimento na reabilitação do edificado privado. - Relevância dos instrumentos de apoio à eficiência energética para dinamizar a reabilitação urbana do edificado privado,	- Aumento da taxa de desemprego e consequente diminuição dos rendimentos dos agregados familiares que levam à falta de condições económicas das famílias manterem as suas habitações ou de adquirirem novas habitações; - Aumento das situações de pobreza e do nível de endividamento das famílias; - Inexistência de cobertura das infraestruturas básicas (rede de esgotos, saneamento e tratamento de águas residuais) em alguns locais do concelho; - Incapacidade de investimento na reabilitação urbana no atual contexto económico e dificuldades de associação entre investimento público e privado; - Desarticulação entre os mecanismos de fiscalidade e os objetivos de reabilitação; - Políticas sócio-urbanísticas inadequadas e desarticuladas, continuação da extensificação urbana e subaproveitamento dos ativos construídos; - Perda de vitalidade demográfica no concelho de Lamego com implicações no aumento de áreas urbanas em perda, com um aumento de fogos vagos e degradação do edificado; - Alteração significativa no mercado imobiliário, sem criação em alguns grupos sociais de uma "cultura de proprietários", com implicações na falta de conservação e

aumentando as condições de conforto habitacional e reduzindo o consumo energético; - Novos instrumentos legislativos de dinamização da reabilitação urbana e do mercado de arrendamento; - Crescente valorização pelos atores públicos das abordagens integradas e do estabelecimento de parcerias locais, envolvendo atores públicos, privados e do terceiro setor; - Potencial de investigação, desenvolvimento e inovação das universidades e laboratórios nos domínios do planeamento urbanístico, construção e reabilitação; - Crescente dinâmica regional nos segmentos do turismo cultural, de lazer e religioso; - Criação / desenvolvimento de projetos-piloto e ações locais participadas, capazes de ter um efeito Multiplicador; - Maior sensibilidade para a necessidade de promover os modos mais suave de transporte por parte dos atores políticos e consequente melhoria da qualidade do ar; - Aumento da oferta formativa superior na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego; - Revisão da legislação relativa à Habitação Social; - Possibilidade de aproveitar os alojamentos disponíveis no mercado (vagos e de segunda habitação) para arrendamento; - Estabelecimento de protocolos de parceria junto da banca para a rentabilização de imóveis/habitações executado/penhorados por incumprimento do pagamento de crédito; - Divulgação das medidas/políticas de	manutenção regular do edificado; - Degradação de áreas infraestruturadas e/ou alvo de investimentos para o desenvolvimento, devido a quebras da procura e alteração de expectativas, devido à conjuntura atual; - Incremento da dificuldade de acesso ao mercado habitacional com um aumento das situações de sobreocupação de fogos ou de construção de habitações precárias, nomeadamente por parte de grupos socioeconómicos mais fragilizados; - Ausência de uma governação mais assertiva e catalisadora de atuação colaborativa e em parceria; - Aumento das casas abandonadas/vagas, nomeadamente a nível das freguesias rurais; - Aumento de pedidos de apoio para melhoramento habitacional; - Aumento do índice de envelhecimento dos edifícios não ocupados como residência habitual; - Desenvolvimento excessivamente moroso de projetos geradores de atratividade e captação de população; - Desequilíbrios de dotação de equipamentos com repercussões na coesão territorial; - Valor das rendas (elevado face aos rendimentos das famílias) praticadas no mercado privado de arrendamento.
--	--



incentivo ao arrendamento (ex: arrendamento jovem, etc,).	
--	--

Plano de Desenvolvimento Social

O Plano de Desenvolvimento Social insere-se num processo de planeamento que procura dar resposta às necessidades locais. Processa-se desenhando orientações e intervenções com vista à mudança social, numa perspetiva realista e operacionalizável. Teve por base as problemáticas identificadas no diagnóstico social e a sua inter-relação.

Nesse sentido, os problemas e as problemáticas foram, em sede de várias reuniões de Núcleo Executivo, reconvertidos e definidos em eixos de intervenção estratégica e respetivos objetivos estratégicos, conforme e seguir se apresentam:

Eixo I - GRUPOS VULNERÁVEIS: INTERVIR E CAPACITAR

- I.1 – Melhorar as condições de vida da pessoa idosa
- I.2 – Promover a qualidade de vida da pessoa com deficiência
- I.3 – Incrementar o apoio à infância e juventude
- I.4 – Implementar medidas de apoio à pessoa vítima de Violência Doméstica e de Género
- I.5 – Impulsionar condições de habitabilidade
- I.6- Incentivar a natalidade
 - I.6.1- Divulgar medidas existentes

Eixo II - SAÚDE: PROMOVER E FOMENTAR

- II.1 – Promover estilos de vida saudável
- II.2 – Melhorar as condições de acessibilidade aos cuidados de saúde;
 - II.2.1.- Criar equipas multidisciplinares de cuidados de proximidade/domicílios
 - Cuidados Continuados (Ambulatório e Fixo)
 - Comportamentos Aditivos (Ambulatório e Fixo)
 - II.2.2. - Descentralizar os serviços de saúde (de especialidade)

Eixo III - EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO: QUALIFICAR E INTEGRAR

- III.1 – Reduzir o insucesso e abandono escolar
- III.2 – Contribuir da uma forma ativa para a diminuição do desemprego

Eixo IV - PARCERIAS: DINAMIZAR E ENVOLVER

IV.1 – Consolidar e concertar parcerias (matéria de violência doméstica, comportamentos aditivos, saúde e emprego)

Eixos Estratégicos	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Ações	Instituição Responsável	Público -Alvo	Metas	Indicadores de realização
I- GRUPOS VULNERÁVEIS: INTERVIR E CAPACITAR	I.1 - Melhorar as condições de vida da pessoa idosa	Aumentar a oferta do Banco de Produtos de Apoio	Realizar campanhas de sensibilização junto das entidades para apoiar a iniciativa	CML CVP – Delegação de Lamego	Comunidades/ Famílias	No período de vigência do PDS, o banco de ajudas técnicas é dotado de mais ajudas técnicas	Nº de situações com necessidades identificadas; Nº de entidades aderentes à iniciativa; Nº de pedidos/Nº de ajudas atribuídas;
		Identificar Fontes de Financiamento	Elaborar e apresentar uma candidatura	CML	Comunidades/ Famílias		
		Promover outras formas de acolhimento	Criar um Banco de Famílias de Acolhimento e dar uma maior cobertura da resposta à população idosa e adultos com deficiência	ISS, IP - CDSS Viseu	Comunidade Geral	No período de vigência do PDS, Lamego possui Banco de Famílias de acolhimento	Nº. de famílias registadas.
			Organizar sessões de esclarecimento na Comunidade da resposta social “Acolhimento Familiar para pessoas idosas e adultos com deficiência – AFPIAD”	ISS, IP - CDSS Viseu	Comunidade Geral	No período de vigência do PDS, sensibiliza-se para a necessidade/importância da existência de famílias de acolhimento no Concelho	Nº de sessões de esclarecimento
			Avaliar candidatos a famílias de acolhimento existentes no Concelho, através de entrevistas e visitas domiciliárias	ISS, IP - CDSS Viseu	Candidatos a famílias de acolhimento	No período de vigência do PDS, procede-se à avaliação de todos os candidatos	Nº avaliações realizadas

		Melhorar e criar novas condições de resposta para a pessoa idosa	Criar uma Comissão Local de Proteção e Promoção dos Direitos do Idoso	CML	Idosos	No período de vigência do PDS, cria-se a Comissão Local	N.º de situações sinalizadas/acompanhadas.
			Criar um Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa	CML	Idosos	No período de vigência do PDS, o gabinete fica em funcionamento	

		Criar um plano para o envelhecimento ativo;	Reutilizar espaços existentes ao nível da prestação de apoio aos idosos;	CML	Idosos	No período de vigência do PDS, otimizam-se os recursos existentes no concelho	
		Criar respostas para situações de emergência;	Criar um espaço de alojamento para situações de emergência;	ISS, IP, - CDSS Viseu e CML	Idosos	No período de vigência do PDS, cria-se um espaço de acolhimento para pessoas idosas	Nº de Pessoas acolhidas no espaço
	I.2 - Promover a qualidade de vida da pessoa com deficiência	Melhorar as acessibilidades a locais públicos	Promover alterações/melhoramentos nas acessibilidades dos serviços públicos	CML N.E RLIS	CML Responsáveis por serviços públicos locais	No período de vigência do PDS, efetuam-se melhoramentos em pelo menos 2 edifícios públicos (CM e Tribunal)	Nº de Edifícios melhorados

		Desenvolver parcerias para utilização de equipamentos, serviços e recursos de apoio em rede	Estabelecer parceria para partilha de recursos e equipamentos (Snoezelen, Hipoterapia, Fisioterapia e outros..)	N.E. APPV SCML	Instituições e organismos locais ligados à Deficiência	No período de vigência do PDS, estabelecem-se 2 parcerias	Nº de parcerias estabelecidas
		Melhorar a rede de transportes	Criar circuitos específicos para transporte de pessoas com deficiência com veículos adaptados	CML	Pessoas com deficiência	No período de vigência do PDS criam-se 2 Circuitos	Nº de circuitos criados
		Aumentar e/ou Melhorar respostas e programas dirigidos às pessoas com deficiência e incapacidade	Criar uma bolsa de entidades da rede solidária disponíveis para acolher pessoas com deficiência e incapacidade, capacitando-as para o desenvolvimento de atividades socialmente úteis	CML N.E. Instituições na área da deficiência Agrupamentos de escolas	Pessoas com deficiência	No período de vigência do PDS, Lamego tem uma Bolsa criada	Nº de aderentes à rede

			Criar e reforçar respostas para a formação do cuidador de pessoas com deficiência e incapacidade	CML N.E. Instituições na área da deficiência Agrupamentos de escolas IEFP	Cuidadores e potenciais cuidadores	No período de vigência do PDS efetuam-se 2 ações/ano	Nº de ações realizadas
			Promover a qualificação e reforço de programas, projetos, iniciativas e equipamentos destinados a este público alvo	CML N.E. Instituições na área da deficiência	IPSS locais	No período de vigência do PDS alarga-se a capacidade de resposta para mais 30 Criação de nova resposta para apoio domiciliário para pessoas com deficiência e incapacidade	Nº de respostas criadas/nº de respostas previstas

		Sensibilizar e consciencializar a comunidade para os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade em relação aos cidadãos com deficiência proporcionando condições de inclusão;	Realizar caminhadas; Dinamizar atividades assentes na partilha, inclusão e integração;	Associação Portas Pró-Vida e CML	Pessoas com Deficiência e Incapacidade;	Promover a integração e sensibilizar a comunidade para combater os preconceitos e obstáculos; promover os direitos da igualdade de oportunidades e a não discriminação das pessoas com deficiência;	Nº de atividades realizadas;
	I.3 - Incrementar o apoio à Infância e Juventude	Realizar ações de sensibilização/informação para a comunidade sobre as problemáticas da CPCJ e apelar para o papel da comunidade no combate de situações de perigo	Informar a comunidade acerca dos direitos das crianças	CML CPCJ	Comunidade Grupo de risco	No segundo semestre de 2019 realizar um seminário acerca das problemáticas mais trabalhadas no âmbito dos Processos de Promoção e Proteção	Realização de Seminário; Nº. de participantes no seminário;

	I.4 - Implementar medidas de apoio à pessoa vítima de Violência Doméstica e de Género	Intervir nas temáticas da igualdade de género e da promoção e combate à violência domestica e de género	Organizar fóruns de debate para a discussão de propostas de combate à violência doméstica e géneros;	Núcleo Executivo	Organizações da sociedade civil Autarquia Particulares	No período de vigência do PDS organizam-se 2 fóruns de debate	N.º de sessões de realizadas N-º de concertações entre varias entidades
		Promover ações de combate à violência doméstica	Divulgar as ações de sensibilização/ atendimento/ informação desenvolvidas pelo NAVVD junto da comunidade e profissionais de saúde, educação, autarcas, Forças de Segurança, Técnicos das IPSS, e Escolas.	NE, NAVVD, CML, Forças de Segurança, ACES Douro Sul e Escolas	Comunidade em geral e profissionais de varias áreas	No período de vigência do PDS sensibiliza-se para a temática da violência domestica	Nº Ações de sensibilização realizadas
		Melhorar as condições de respostas locais de apoio/ acompanhamento a situações de violência Doméstica	Criar um espaço de alojamento para situações de emergência;	ISS, IP - CDSS Viseu CML IPSS's	Vítimas de Violência Doméstica e de Género	No período de vigência do PDS acolher-se e apoia-se o maior número de Vítimas possível	Nº de pessoas alojadas

			Criar uma equipa de acompanhamento no âmbito da violência doméstica;	CML	Vítimas de Violência Doméstica e de Género	No período de vigência do PDS capacitam-se as vítimas para retomarem a sua vida normal	Nº de Vítimas acompanhadas
	I. 5- Impulsionar condições de habitabilidade	Melhorar a aplicação das medidas existentes para a melhoria das condições habitacionais	Apoiar a realização de obras no âmbito da concessão de apoios à habitação promovida pela Câmara Municipal	CML	Agregados familiares em situação de carência	No período de vigência do PDS efetuam-se 3 reabilitações por ano.	Nº. de habitações intervencionadas Nº. de deficientes/dependentes abrangidos
			Divulgar os programas nacionais de apoio à habitação	CML	Comunidade e Grupo de parceiros	No período de vigência do PDS, é efetuada anualmente uma campanha de divulgação/informação dos programas existentes	Nº. de ações realizadas Nº. de participantes

			Apoiar os candidatos na apresentação de candidaturas às várias medidas	CML	Agregados familiares em situação de carência e Jovens	De 2017 a 2019 todos os candidatos interessados são apoiados em termos técnicos para a apresentação e formalização de candidaturas aos programas	Nº. de solicitações/nº. de candidaturas apresentadas
	I.6 - Incentivar a Natalidade	Melhorar a aplicação das medidas locais existentes	Divulgar os programas existentes, nomeadamente o “Enxoval Bebê”	CML	Comunidade e Grupo de parceiros	Realizar ações de divulgação das referidas medidas	Nº. de ações realizadas Nº. de participantes
			Apoiar os candidatos na apresentação de candidaturas à medida do “Enxoval bebé”	CML	Grávidas e Agregados familiares	Anualmente é efetuada uma campanha de divulgação/informação dos programas existentes	Nº. de solicitações/nº. de candidaturas apresentadas

II- SAÚDE: PROMOVER E FOMENTAR	II.1 - Promover estilos de vida saudável	Prevenir os consumos de substâncias Psicoativas	Implementar os programas “Pistas e Trilhos” e “Eu e os outros”	DICAD/ CRI VR Agrupamentos de Escolas e Escolas Profissionais	Crianças e jovens em idade escolar (2º e 3º ciclos, secundário e profissional)	No período de vigência do PDS são implementados os Projetos	Nº de projetos implementados
			Divulgar os documentos sobre comportamentos aditivos e dependências	CRI de Vila Real	N.E.	No período de vigência do PDS, os documentos são divulgados	Nº de Documentos divulgados
		Promover a atividade física e consciencializar para a sua importância;	Realizar sessões de atividade física;	Centro Municipal de Marcha e Corrida de Lamego	Comunidade em Geral	No período de vigência do PDS, reconhece-se a importância da atividade física, objetivando a promoção da saúde;	Nº de sessões de atividades físicas realizadas;
		Aumentar a literacia em saúde	Em âmbito de CLAS, estabelecer parcerias com as instituições;	ACES Douro Sul – UCC Lamego	Instituições parceiras	No período de vigência do PDS, estabelecem-se parcerias com 50% ou mais das instituições	% de parcerias com instituições
			Publicar artigos / Outdoors	ACES Douro Sul – UCC Lamego	Pessoas residentes no Concelho de Lamego	No período de vigência do PDS, publicam-se de 12 artigos / Outdoors (ano)	% de artigos publicados / Outdoors

			Comemorar “dias Mundiais” ligados à saúde	ACES Douro Sul – UCC Lamego	Pessoas residentes no Concelho de Lamego	No período de vigência do PDS, organizam-se 5 eventos	% de eventos organizados em parceria
			Organizar ação de sensibilização sobre: Violência no idoso; Alimentação Saudável; Primeiros Socorros; Demência; Doenças Cardio-cerebrovasculares; saúde oral; Prevenção de quedas; Lavagem das mãos.	ACES Douro Sul – UCC Lamego	Pessoas residentes no Concelho de Lamego	No período de vigência do PDS, realiza-se 1 sessão por tema	% de sessões realizadas
			Implementação do Projeto PASSE (Programa Alimentação Saudável em Saúde Escolar)	ACES Douro Sul – UCC Lamego	Escolas do Concelho de Lamego	No período de vigência do PDS implementa-se o projeto	- Nº. de escolas abrangidas - Nº. de crianças abrangidas;

			Criação de uma ECCI (Equipas de Cuidados Continuados Integrados)	ACES Douro Sul – UCC Lamego	Comunidade	No período de vigência do PDS cria-se a ECCI	- Equipa criada Nº. de pessoas abrangidas pelos serviços desta equipa; - Nº. de solicitações.
		Melhorar as condições de acessibilidade aos cuidados de saúde	Manter as consultas de medicina e psicologia no Estabelecimento Prisional de Lamego	Equipa de Tratamento de Lamego	Reclusos com dependência de Substancias Psicoativas	No período de vigência do PDS, mantém-se a parceria de consulta descentralizada no E. P de Lamego	Nº de utentes e de consultas efectuadas no E. P. Lamego
			Descentralizar a consulta de prevenção indicada Loja Ponto Já – IPDJ	Equipa de Tratamento de Lamego	Crianças e jovens entre os 12 e os 30 anos	No período de vigência do PDS, implementa-se a consulta de prevenção indicada	Nº de consultas e de jovens atendidos
			Encaminhar algumas mulheres adultas e jovens com problemas aditivos para as consultas do PIAM (Projeto Integrado de Atendimento Materno), em Matosinhos	Equipa de Tratamento de Lamego e Câmara Municipal de Lamego (assegurar transporte)	Mulheres adultas e jovens residentes no concelho de Lamego com problemas aditivos	No período de vigência do PDS, as consultas especializadas ao nível do planeamento familiar e outras necessidades das mulheres com adiões	Nº de mulheres encaminhadas e transportadas para o PIAM

			Elaborar Plano Local de intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (PLICAD) do concelho de Lamego	CRI de Vila Real	Comunidade de Lamego	No período de vigência do PDS elabora-o PLICAD	Documento PLICAD elaborado
	Aumentar e melhorar competências dos cuidadores formais na prestação de cuidados à pessoa dependente	Em âmbito de CLAS, estabelecer parcerias com as instituições que apresentem critérios de inclusão	ACES Douro Sul – UCC Lamego	Instituições / serviços com cuidador formal	Sensibilização/ Formação em todas as Instituições com parceria	% de cuidadores que frequentem a ação no mínimo com 60% de assiduidade	
		Organizar uma ação de sensibilização / Formação sobre: Alimentação; Eliminação; Dispositivos; Posicionamentos; Prevenção de úlceras; Primeiros Socorros; Demências, Doenças Cardio-cerebrovasculares; Prevenção de quedas; Lavagem das mãos.	ACES Douro Sul- UCC Lamego	Instituições/ serviços com cuidador formal	No período de vigência do PDS sensibiliza-se a Formação nesta área em todas as Instituições com parceria	% de cuidadores que frequentam a ação no mínimo com 60% de assiduidade	
	Aumentar e melhorar competências dos cuidadores informais	Em âmbito de CLAS, estabelecer parcerias com as instituições que possam referenciar cuidadores informais	ACES Douro Sul – UCC Lamego	Cuidadores informais	No período de vigência do PDS, intervém-se junto de todos os cuidadores referenciados	% de cuidadores informais referenciados com intervenção	

			Formar sobre: Alimentação; Eliminação; Dispositivos; Posicionamentos; Prevenção de úlceras; Prevenção de quedas; Higiene; Gestão do regime terapêutico;	ACES Douro Sul – UCC Lamego	Cuidadores informais	No período de vigência do PDS, intervém-se junto de todos os cuidadores referenciados	% de cuidadores informais referenciados com intervenção
III- EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO: QUALIFICAR E INTEGRAR	III.1 - Reduzir o insucesso e abandono escolar	Dinamizar um atelier de apoio ao estudo informal promovendo o sucesso escolar;	Ateliers de Apoio ao Estudo Informal;	Equipas Locais	Crianças e Jovens a frequentar o ensino regular;	No período de vigência do PDS, promove-se grupos de estudo com o objetivo de transmitir metodos de estudo, motivar e acompanhar na realização dos trabalhos de casa	Nº sessões de apoio ao estudo realizadas;
		Envolver os agentes com responsabilidade ao nível da educação, no desenvolvimento articulado de respostas educativas;	Desenvolver um plano concelhio de Educação	Estabelecimentos de ensino e de formação profissional CML	Estudantes	No período de vigência do PDS, oferecem-se respostas educativas de acordo com as necessidades dos estudantes	Aprovação do Plano Concelhio de Educação

	III.2 - Contribuir de uma forma ativa para a diminuição do desemprego	Promover atitudes positivas de procura ativa de emprego junto da população desempregada; promover a divulgação de medidas ativas de emprego	Organizar sessões de divulgação/informação; Atendimentos individualizados;	GIP's IEPF	População em situação de desemprego e alunos do ensino Secundário/ Profissional	No período de vigência do PDS, capacita-se os destinatários de ferramentas que promovam a sua integração profissional	Nº de sessões de divulgação/informação realizadas; Nº de atendimentos realizados
		Promover uma atitude proativa e empreendedora junto dos desempregados e dos alunos do ensino secundário/ Profissional	Organizar sessões de divulgação/informação; Atendimentos individualizados; Jornadas de Empreendedorismo; Incubadora de Ideias e de Empresas	GIP's IEPF	População em situação de desemprego; Alunos do ensino secundário/ profissional	No período de vigência do PDS, capacita-se os destinatários de ferramentas que promovam o seu auto-emprego	Nº de sessões de divulgação/informação realizadas; Nº de atendimentos realizados; Nº de Jornadas de Empreendedorismo realizadas; Nº de concursos de ideias inovadoras

		Informar, divulgar e encaminhar para ações de qualificação junto das entidades formadoras do território	Organizar sessões de divulgação/informação; Atendimentos individualizados;	GIP's IEFP	População em situação de desemprego; Alunos do ensino secundário/profissional	No período de vigência do PDS, divulgam-se as oportunidades de Qualificação existentes no concelho	Nº de sessões de divulgação/informação realizadas; Nº de atendimentos realizados
		Promover e divulgar junto de empresários e entidades empregadoras as medidas de apoio à contratação, nomeadamente cidadãos com deficiência ou incapacidade	Organizar sessões de divulgação/informação; Reuniões com empresários e responsáveis de entidades empregadoras;	GIP's IEFP	Empresários e Entidades empregadoras;	No período de vigência do PDS, dotam-se os empresários e entidades empregadoras de informação relativa às medidas de apoio à contratação;	Nº de sessões de divulgação/informação realizadas; Nº de reuniões realizadas

		Promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais de modo a potenciar o território e a empregabilidade;	Organizar ações de promoção e divulgação de produtos locais; sessões de informação sobre medidas de apoio aos agricultores;	GIP's IEFP	Empresários e produtores locais;	No período de vigência do PDS, promove-se os produtos locais favorecendo a comercialização dos mesmos; desenvolver ações de sensibilização destinadas a agricultores;	Nº de sessões de informação;
		Adequar a oferta de formação profissional à procura	Elaborar um estudo/diagnóstico das necessidades de formação do concelho	GIP's IEFP, I.P. CML N.E.	População em idade ativa	No período de vigência do PDS, abrange-se a totalidade de desempregados e 50% das entidades empregadoras integradas na base de dados dos GIP's	- Nº. de desempregados abrangidos - Nº. de empresas/instituições da base de dados - Nº. de empresas/instituições abrangidas pelo estudo.
			Divulgar os resultados do diagnóstico/estudo das necessidades de formação do município aos parceiros	GIP's IEFP, I.P. CML N.E.	Parceiros	No período de vigência do PDS, permite-se o acesso aos resultados do estudo a todas as entidades promotoras da formação do	- Nº. de entidades promotoras de formação; - Nº. de entidades com acesso ao estudo

						concelho	
		Sistematizar e manter atualizada a informação relativa às respostas formativas do concelho	Divulgar regularmente os planos e tipologias de formação entre os parceiros da Rede Social e das novas políticas/programas de incentivo ao emprego	GIP's IEFP, I.P. CML	Parceiros	No período de vigência do PDS, disponibiliza-se a oferta formativa existente a 100% dos parceiros da Rede para a informação e divulgação junto dos seus públicos	- Nº. de divulgações efetuadas; - Nº. de parceiros abrangidos
		Certificar, pelo menos, 100 formandos, nos diversos níveis de escolarização/profissionalização no âmbito da iniciativa novas oportunidades	Promover cursos de alfabetização	Agrupamento de escolas CML	População analfabeta	No período de vigência do PDS, diminui-se o número de indivíduos analfabetos do Município	Número de pessoas que concluíram o curso
			Promover cursos EFA	Entidades promotoras de formação	População pouco escolarizada	No período de vigência do PDS, eleva-se o número de formandos em cursos de formação de adultos, num total de 50.	Número de formandos que concluíram com aproveitamento

			Criar um guia com as ofertas de emprego , com uma atualização frequente	CML GIP's	Comunidade	No período de vigência do PDS será disponibilizado, uma guia com ofertas de emprego da região disponível também online	Guia de ofertas de emprego Número de acessos ao guia
			Organizar ações de informação/divulgação de apoios à criação do próprio emprego	CML GIP's	Comunidade / Empreendedores	No período de vigência do PDS abrange-se a 75% dos inscritos nos GIP's de Lamego nas ações	Número de inscritos / número de participantes Número de mulheres participantes
			Organizar sessões de informação/divulgação às entidades empregadoras dos apoios à contratação	CML I.E.F.P. – Centro de Emprego de Lamego GIP's	Entidades empregadoras	No período de vigência do PDS, 50% das empresas constantes na base de dados dos GIP's são envolvidas nas ações	Número de empresas constantes na base de dados/número de empresas participantes

		Aumentar a informação a nível de orientação vocacional aos jovens com o 9ºano de escolaridade aproximando as atividades dos Gabinetes de Inserção Profissional aos mais jovens	Colaborar na realização da feira das profissões	CML I.E.F.P. – Centro de Emprego de Lamego GIP's	Jovens	No período de vigência do PDS, abrange-se a totalidade de alunos do 9ºano de escolaridade	Número de alunos participantes
			Disponibilizar informação da oferta/opções profissionais existentes	CML I.E.F.P. – Centro de Emprego de Lamego GIP's	Jovens	No período de vigência do PDS, facilita-se o acesso às informações das ofertas profissionais por parte dos GIP's aos jovens, sendo que, pelo menos 50% dos jovens que frequentam o 9ºano no Município, anualmente, visitam os Gabinetes para o efeito	Número de alunos a frequentar o 9ºano Número de visitas efetuadas aos GIP's

IV- PARCERIAS: DINAMIZAR E ENVOLVER	IV.1 - Consolidar e concertar parcerias (matéria de violência doméstica, comportament os aditivos , saúde e emprego)	Reforçar os circuitos e os sistemas de informação da Rede Social concelhia, divulgando informação relevante no domínio social, através do Link da rede social de lamego no site da Câmara Municipal dos e-mails dos parceiros	Incentivar a criação de email a todos os parceiros da rede	Parceiros	CLAS	Todas as entidades até ao 1º. semestre de 2019, possuem endereço eletrónico e com utilização regular	Nº de comunicações efetuadas Nº de destinatários contactados
			Atualizar os conteúdos no link da Rede Social	Parceiros	N.E.	No período de vigência do PDS, semestralmente é avaliada a necessidade de atualização das informações no site	Nº de avaliações realizadas; Nº de atualizações efetuadas;
			Promover estratégias inovadoras de intervenção	N.E	Parceiros	Avaliação semestral	N.º de avaliações N.º de participações
			Atualizar o guia de recursos sociais locais	N.E. SAAS	Parceiros e comunidade em geral	Até ao 2º. Semestre de 2019	Guia de Recursos Sociais Locais atualizado
			Criar um Banco Local de Voluntariado	CML N.E.	Pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social	Ao longo da vigência do PDS cria-se o banco local	Nº. de voluntários inscritos; Nº. de instituições inscritas;

Enquadramento do plano de desenvolvimento social com outros instrumentos de planeamento

No âmbito da Rede Social, a elaboração deste 2º Plano de Desenvolvimento Social do Município de Lamego resultou de todo um trabalho elaborado pelo Núcleo Executivo em vigência, ao longo dos anos de 2016, 2017 e 2018, tendo a participação de várias entidades parceiras do CLAS em várias fases da sua elaboração. Ao longo destes anos procurou-se fazer uma atualização do Diagnóstico Social e uma avaliação do Plano de Desenvolvimento Social anterior.

Sendo os problemas diagnosticados a nível concelhio, quase na sua totalidade, transversais a toda a sociedade portuguesa, procurámos articular os nossos objetivos com as estratégias definidas nos vários Planos Nacionais em vigor, nomeadamente: o Quadro Portugal 2020, o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013 – 2020, o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não -discriminação 2014 -2017 (V PNI), o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, o Plano Nacional de Saúde, a Estratégia Nacional para a Deficiência 2011/2013, e o Programa de Emergência Social, adaptando contudo os objetivos e metas à nossa realidade. O PDS deverá permitir a articulação dos objetivos e estratégias locais com o que é definido nos planos nacionais, regionais e locais, de forma a enquadrar a intervenção local com as políticas nacionais e sobretudo de modo a rentabilizar recursos.

Nesse sentido, na concretização do PDS 2018/2021, procuraremos uma execução partilhada das atividades, por forma a alcançar os objetivos pré-definidos.

Como todos os planos é um documento flexível, que poderá sofrer alterações e/ou acrescentos se assim se entender.

Em forma de conclusão resta-nos referir que o Plano de Desenvolvimento Social apresentado irá ser operacionalizado, anualmente, através dos respetivos Planos de Ação. O Plano de Ação para 2019 será apresentado na primeira reunião de CLAS do referido ano.

Monitorização e avaliação

A descrição e conclusão do Plano de Desenvolvimento Social, mais do que um corolário, assenta, evidentemente, numa lógica de planeamento de intervenção, de concertação das forças vivas do Concelho e de otimização dos recursos existentes que estimula a ação efetiva.

Este Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Lamego representa um esforço coletivo, por parte das diversas entidades com intervenção social, perspetivando o desenvolvimento social local e deve ser encarado como um instrumento dinâmico, sempre aberto a possíveis redefinições.

Após a sua elaboração, a respetiva implementação no terreno é fundamental e apresenta-se socialmente necessário. Essa implementação será feita através dos Planos de Ação Anuais.

Outra componente importante é a avaliação, isto porque, seja qual for a natureza de um processo de intervenção deverá a avaliação constituir-se como um elemento que deve ser tido em conta. Terá que assumir-se como parte integrante desse mesmo processo, para que, através dela, se efetue a própria compreensão da intervenção ao nível de cada ação, de modo a recolher, sistematizar e analisar informação sobre os resultados esperados. Ou seja, para que o objetivo seja atingido, é essencial também avaliar a sua implementação por forma a obter um feedback sobre as medidas implementadas, pois só dessa forma se consegue medir a eficiência e eficácia do mesmo, e tomar medidas corretivas ou proceder a alterações mais ajustadas ao desenvolvimento do Concelho de Lamego. Este plano só cumprirá a sua função efetiva, se vier a traduzir-se em ações executáveis que possam dar resposta aos problemas diagnosticados no Concelho. Para que a avaliação seja efetiva terá que ser efetuada de forma transversal a todo o processo.

O que significa que, para se averiguar a operacionalidade e a exequibilidade, é necessário que se efetue a monitorização do Plano de Desenvolvimento Social, a qual deverá ser efetuada pelo Núcleo Executivo (se assim se definir), de forma a que o mesmo acompanhe as ações, as medidas e os projetos para verificar se estão a ir ao encontro das necessidades locais, como previsto, ou se é necessário algum ajustamento. Essa avaliação será elaborada tendo por base uma ficha de monitorização/avaliação, para que sejam registadas as atividades planeadas e as executadas. O produto final destas avaliações consubstanciar-se-á em relatórios periódicos, os quais serão dados a conhecer nas reuniões de Núcleo e de CLAS, de forma a ter-se um fio condutor do trabalho desenvolvido em termos de Rede Social. Neste caso, os parceiros têm

um papel fundamental, no sentido de que, do conjunto da informação recolhida através do processo de avaliação, eles poderão avaliar a eficácia e eficiência das ações desenvolvidas e, consequentemente, atingir um outro objetivo fundamental: melhorar a qualidade das intervenções, na medida em que todos estes planos são suscetíveis de adaptações.

Os objetivos da avaliação são genericamente os seguintes: determinar se a intervenção está a ser executada de acordo com o previsto; determinar se a intervenção está a ser eficaz; e determinar se os públicos alvo estão a ser atingidos e de que forma.

Se no Plano de Desenvolvimento Social já se definiram os indicadores de avaliação, no Plano de Ação procurar-se-á ser-se mais minucioso nesses indicadores, para que se torne mais fácil perceber a mensurabilidade do processo de intervenção, a coerência de objetivos e os impactos produzidos.

Do processo de avaliação, pretende-se, fundamentalmente, verificar se, da intervenção decorrente do Plano de Desenvolvimento Social resultou alguma mudança.

Assim, no âmbito do presente Plano de Desenvolvimento Social, e subsequentes Planos de Ação, irá procurar-se verificar, através de indicadores de avaliação (quantitativos e qualitativos) disseminados ao longo do desenvolvimento da intervenção, a aplicabilidade e a adequação dos planos elaborados aos problemas identificados.

A avaliação prevista, realizar-se-á a partir de informações recolhidas no decorrer das ações ou após a conclusão das mesmas, pelo que se irá proceder à recolha e sistematização de informação, durante e após o processo de intervenção.

A par deste acompanhamento permanente, é pertinente a realização de uma avaliação final do trabalho desenvolvido. Essa avaliação será feita pelo mesmo grupo e pelos elementos do CLAS e será um documento orientador do trabalho social a desenvolver em ações futuras. Poderá ainda propor-se a possibilidade de uma avaliação externa, com a finalidade de termos uma perspetiva clara e neutra, feita por um elemento externo, acerca do trabalho desenvolvido. Pois, é monitorizando e avaliando o PDS, que se poderão conhecer as necessidades futuras.

Assim, as propostas apresentadas no PDS serão concretizadas no Plano de Ação, no qual se insere o plano de atividades, e em que deverão constar os projetos e ações que visam a operacionalização das estratégias e linhas orientadoras previamente definidas no PDS.

Para concluir, e por razões operacionais, o PDS agora definido desdobrar-se-á em tantos Planos de Acção quantos os anos da sua vigência (de junho de 2018 a dezembro de 2021), ou

seja, 3 anos, sendo que o Plano de Ação é um documento mais operacional, minucioso e com um tempo de duração mais curto.

No decorrer do processo de trabalho para a elaboração do conjunto de propostas de ação a implementar no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social, não se deixou de considerar o conjunto de fatores que podem condicionar a execução das ações propostas. Ou seja, houve o cuidado de fazer-se uma análise prévia de forma a considerar os fatores que poderão inviabilizar a sua realização.

Este exercício tem como objetivos procurar diminuir a probabilidade de, no decorrer do Plano de Ação, sermos surpreendidos por acontecimentos, decisões ou efeitos inesperados que comprometam o Plano e as suas atividades propostas.

De uma forma geral, apresentam-se os principais fatores externos que foram considerados como entraves para a concretização dos Objectivos Gerais/Específicos descritos anteriormente no presente documento:

- A adesão da população às atividades propostas;
- A divulgação do programa junto da população alvo;
- A aprovação dos projetos pelas entidades competentes;
- A concretização dos recursos;
- A adequação das infra-estruturas e ambiente de trabalho;
- A adequação das metodologias de trabalho.

O PDS é um documento dinâmico, suscetível de ser alterado, pelo que a qualquer momento, sempre que se julgue oportuno e necessário, poderemos fazê-lo.

A próxima etapa será o Plano de Ação para o primeiro ano de vigência do Plano de Desenvolvimento Social, que se reportará ao ano de 2018 (de junho a dezembro).

Entidades que constituem o Conselho Local de Ação Social

As entidades com representação no CLAS são:

Câmara Municipal de Lamego

Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. – Centro de Emprego de Lamego

Instituto da Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Viseu

Agrupamento de Escolas da Sé

Instituto Politécnico de Viseu - ESTGL – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro – Unidade Hospitalar de Lamego

Unidade de cuidados de Saúde Personalizados de Lamego

Unidade de Cuidados na Comunidade de Lamego

Centro de Respostas Integradas de Vila Real – Equipa de Tratamento de Lamego

Polícia de Segurança Pública de Lamego

Guarda Nacional Republicana

Instituto Português da Juventude

Centro Diocesano de Promoção Social

Associação de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência do Agrupamento de Concelhos do

Vale Douro - Sul – Associação Portas Prà Vida

Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego - A.P.I.T.I.L.

Cáritas Diocesana de Lamego

Santa Casa da Misericórdia de Lamego

Obra Kolping de Lamego

Centro Social e Paroquial de Penude

Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Lamego

Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora do Rosário de Cepões

Centro Social e Paroquial da Penajóia

Associação dos Amigos do Povo de Timor Lorasae

Centro Social e Paroquial de Lalim

Liga dos Combatentes de Lamego

Associação de Gerações, Inovação e Requalificação de Lamego (AGIR) de Lamego

Centro de Atendimento Sócio-Caritativo

Centro Social e Paroquial de Cambres

Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Viseu

Associação Cuida Amigos Douro Sul

Associação Portuguesa de Familiares, Amigos e Pessoas com Epilepsia - EPI

União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca

União de Freguesia da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções

Junta de Freguesia de Figueira

Junta de Freguesia de Lalim

Junta de Freguesia de Avões

Junta de Freguesia de Cambres

Junta de Freguesia de Várzea de Abrunhais

Junta de Freguesia de Ferreirim

Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões

Junta de Freguesia de Lazarim

União de Freguesia de Parada do Bispo e Valdigem

Junta de Freguesia de Britiande

Junta de Freguesia de Samodães

Junta de Freguesia de Lamego

Junta de Freguesia de Penajóia

Junta de Freguesia de Sande

Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D'EL Rei

Sindicato dos Professores da Zona Centro

Pró Ordem dos Professores

Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas da Sé/Lamego

Associação Infântário e Jardim Infantil "O Pintinhas"

Centro Social e Cultural da Paróquia de Ferreirim

Estabelecimento Prisional de Lamego

Associação dos Amigos de Jorge Caride

Entidades convidadas que integram o CLAS

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) em Perigo de Lamego

Núcleo Local de Inserção de Lamego.

Destas entidades 7 integram o Núcleo Executivo:

Câmara Municipal de Lamego

Instituto da Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Viseu

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro – Unidade Hospitalar de Lamego

Guarda Nacional Republicana

Associação de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência do Agrupamento de Concelhos do

Vale Douro - Sul – Associação Portas Prà Vida

Santa Casa da Misericórdia de Lamego

Junta de Freguesia da Penajóia